

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Governo, da Secretaria de Estado de Casa Civil e da Secretaria de Estado de Comunicação Social

Prestação de Contas do Governo Ano 2025 – 1º Ciclo

— 2/6/2025 — 14 horas



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS



Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Governo, da Secretaria de Estado de Casa Civil e da Secretaria de Estado de Comunicação Social, entre 1º de janeiro e 30 de abril de 2025, no âmbito do primeiro ciclo do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas do Governo de 2025

Reunião da Comissão de Administração Pública
Comissão convidada: Comissão de Participação Popular
Presidente da reunião: Deputado Adalclever Lopes
Data: 2/6/2025
Horário: 14 horas
Local: Plenarinho IV

Assembleia Legislativa de Minas Gerais
Rua Rodrigues Caldas, 30 – Santo Agostinho
Belo Horizonte/MG
CEP: 30190-921

Foto capa: Willian Dias ([Acervo ALMG](#))

I – Apresentação

A Comissão de Administração Pública, tendo como convidada a Comissão de Participação Popular, recebeu, em 2/6/2025, Marcelo Guilherme de Aro Ferreira, secretário de Estado de Governo, Luiz Otávio de Oliveira Gonçalves, secretário de Estado de Casa Civil, e Bernardo Assis Fonseca Santos, secretário de Estado de Comunicação Social, que, em atendimento ao art. 54 da Constituição Estadual, prestaram informações sobre a gestão de suas respectivas áreas de competência relativamente ao período de 1º de janeiro a 30 de abril de 2025.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: [clique aqui](#) para assistir à reunião ou acesse a programação do Assembleia Fiscaliza no endereço almg.gov.br/fiscaliza.

II – Presenças

Comissão de Administração Pública: deputados Adalclever Lopes (presidente), Rodrigo Lopes (vice-presidente), Sargento Rodrigues, João Magalhães (substituindo o deputado Charles Santos), Zé Guilherme (substituindo a deputada Nayara Rocha) e deputada Beatriz Cerqueira.

Poder Executivo: Marcelo Guilherme de Aro Ferreira, secretário de Estado de Governo, Luiz Otávio de Oliveira Gonçalves, secretário de Estado de Casa Civil, e Bernardo Assis Fonseca Santos, secretário de Estado de Comunicação Social.

Demais presenças: deputados Antonio Carlos Arantes, Ricardo Campos, Gustavo Valadares, Ulysses Gomes, Noraldino Júnior, Bruno Engler, Coronel Henrique e deputada Bella Gonçalves.

III – Temas discutidos

Os principais temas discutidos durante a reunião foram os seguintes:

Secretaria de Estado de Governo - Segov

1) Aprovação do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag

Inicialmente, o secretário Marcelo Aro destacou a necessidade de se reunirem esforços para aprovação do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados – Propag –, por considerá-lo essencial para superar a dívida com a União (que, em dezembro de 2025, alcançará 180 bilhões de reais), que representa atualmente o maior obstáculo à gestão pública estadual.

Para o secretário, o Propag é mais vantajoso do que o Regime de Recuperação Fiscal – RRF –, uma vez que ele possibilita reduzir os juros reais a 0% com a entrega de 20% do valor da dívida em ativos na negociação com a União. Dessa forma, quanto mais ativos a Assembleia Legislativa autorizar para negociação, maior será a capacidade de negociação do Estado. Segundo ele, o valor da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig –, ainda desconhecido, possivelmente será menor do que os 20% da dívida. Nesse caso, haverá a necessidade de oferecer outros ativos à União. No entanto, se a Codemig tiver uma avaliação justa, menos ativos serão envolvidos nessa negociação.

2) Monitoramento do processo legislativo

O secretário informou que o governo do Estado foi convocado para 94 audiências públicas na Assembleia, tendo comparecido a 87 delas. Segundo ele, foram protocolados 12 projetos de lei de autoria do governador no período, sendo que todos os esforços da secretaria estão direcionados ao desafio da adesão ao Propag. Ademais, dos 813 requerimentos recebidos, 810 foram respondidos.

3) Emendas parlamentares

O secretário ressaltou o aumento do valor das emendas, que passou de R\$429 milhões em 2019 para R\$2,1 bilhões em 2025. Em 2024, informou, o governo conseguiu executar 98% das emendas impositivas, sendo que os 2% restantes não foram executados devido a algum problema técnico. Neste ano de 2025, o governo já recebeu 10.874 indicações e aproximadamente 50% das emendas foram pagas até o momento.

4) Gestão do *Diário Oficial*

O secretário destacou que todo o acervo do *Diário Oficial* está sendo digitalizado.

Secretaria de Estado de Casa Civil – SCC

1) Competências da Secretaria

O secretário Luiz Otávio de Oliveira Gonçalves esclareceu que está há aproximadamente 100 dias à frente da Casa Civil. Segundo ele, a SCC possui três principais frentes de atuação: 1. articulação federativa, que envolve a relação institucional com o governo federal e com órgãos de controle externo; 2. relações internacionais, que abrange assessorias nas relações com autoridades e instituições estrangeiras, o acompanhamento de agendas internacionais e a formalização de parcerias nacionais e internacionais; e 3. captação de recursos.

2) Relacionamento internacional

O secretário destacou que estão em fase de construção duas missões internacionais, no Japão e na China. Mencionou a realização de cursos de capacitação de servidores em parceria com instituições estrangeiras, como o curso sobre cidades inteligentes, na China, e o curso Tendências da Administração Pública, na Academia Presidencial da Rússia. Ele informou que o Estado recebeu 22 comitivas internacionais e acompanha atualmente nove instrumentos de cooperação com países e instituições, incluindo China, Japão, Moçambique, Reino Unido e Portugal. Além disso, foram emitidos nove passaportes oficiais e fornecido apoio na organização de diversos eventos internacionais.

3) Captação de recursos

No âmbito da captação de recursos, o secretário destacou que o trabalho envolve o planejamento e a estruturação de um banco de projetos. Esse banco possui atualmente 320 projetos mapeados, totalizando cerca de R\$16 bilhões em recursos passíveis de captação. Em 2025, foram captados R\$30,7 milhões por meio de convênios e instrumentos congêneres, além de R\$9,2 milhões provenientes do Ministério Público de Minas Gerais, destinados aos projetos Trajeto Moda e Acessibilidade Pedagógica Visual. A secretaria geriu R\$964,7 milhões de recursos de captação de convênios e operações de crédito e aprovou R\$1,42 bilhão em recursos de convênios e instrumentos congêneres para execução de obras e projetos governamentais. O secretário ainda informou que foram emitidos 115 pareceres técnicos relacionados à doação de bens ao Estado e que 232 servidores foram capacitados em gestão de recursos federais, além de ter sido formalizado o segundo termo aditivo do Protocolo de Intenções Justiça Minas Integrada.

4) Transferências especiais

Referindo-se às transferências especiais, Luiz Otávio informou que o Estado está promovendo as adequações às determinações do Supremo Tribunal Federal – STF –, com base na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF – nº 854. Destacou a submissão de 107 planos de trabalho aos ministérios e a inserção de 100% dos planos na plataforma Transferegov.br dentro do prazo.

Secretaria de Estado de Comunicação Social – Secom

O secretário Bernardo Santos iniciou sua explanação ressaltando que, pelo fato de a Secom ser uma secretaria de pequeno porte em comparação com as demais, o sucesso do Propag é de extrema relevância para a pasta, especialmente no que se refere à amortização de 20% da dívida para redução dos juros. Isso porque o setor de comunicação é um dos primeiros a ser impactado em cenários de crise.

Em seguida, enfatizou as garantias constitucionais relacionadas ao direito de acesso à informação. Para ele, a comunicação pública institucional é fundamental para que a população mineira tenha acesso a informações confiáveis sobre os serviços e ações do governo. Posteriormente, o titular da Secom abordou os seguintes pontos enviados pelas comissões:

- **Comunicação do Novo Acordo de Mariana**

O secretário informou que as ações ainda estão em fase inicial, devido à recente formalização do acordo. Segundo ele, até então, foram realizadas reuniões locais, um evento de anúncio do acordo, e elaborada a cartilha “Entenda o Novo Acordo de Mariana”, disponível no *site* da Seplag. Ele destacou que a coordenação da divulgação das ações é de responsabilidade do Comitê Gestor Pró-Rio Doce, que encaminha a demanda à Secom. A partir daí é que a secretaria realiza a produção de materiais informativos.

- **Gestão da comunicação**

Bernardo Santos destacou que a Secom conta com um núcleo de imprensa que opera ininterruptamente, respondendo a 96% das demandas da imprensa em até 24 horas (um total de 456 no período avaliado). De acordo com o secretário, foram empenhados no período R\$39,7

milhões em publicidade. Ele destacou a atuação do Núcleo de Rádio e da Agência Minas, que concentra e distribui conteúdos oficiais em formatos acessíveis (áudio e vídeo), especialmente para rádios do interior.

Para encerrar, o secretário apontou a criação de 1.435 matérias enviadas de forma regionalizada pelo Núcleo de Relacionamento com o Interior e apresentou o calendário de divulgações realizadas até o momento, entre as quais se destacam:

- ✓ a campanha do IPVA (janeiro a abril), que impulsionou o aumento de usuários do MG App em 119%;
- ✓ campanhas de atração de turismo em parceria com a Secult (janeiro a março), resultando em mais de 13 milhões de visitantes durante o Carnaval de 2025 e de cerca de R\$5,3 bilhões movimentando a economia mineira;
- ✓ campanha de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes (fevereiro e março);
- ✓ campanha Minas de Oportunidades (janeiro), focada na divulgação dos serviços da Sedese;
- ✓ campanha da Nota Fiscal Mineira, com impacto significativo no aumento do número de notas fiscais emitidas com CPF, passando de 26 milhões para 30 milhões por mês, e crescimento dos usuários do aplicativo de 110 mil para mais de 3,3 milhões em 2025;
- ✓ campanha de atração de investimentos, que contribuiu para a marca de R\$28 bilhões em investimentos captados;
- ✓ campanha Aula de Eficiência, com prestação de contas dos avanços na área da educação;
- ✓ campanha de vacinação contra a gripe, em que Minas Gerais se destacou como o Estado com maior cobertura no “Dia D” de mobilização contra a gripe;
- ✓ campanha Minas Santa, voltada para atração de turistas na Semana Santa;
- ✓ campanha de combate à dengue, que contribuiu para a redução de 91% dos casos em relação a 2024.

- **Empresa Mineira de Comunicação – EMC**

No tocante à EMC – o secretário destacou a pendência relacionada à reprovação, no Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin –, de parte do Plano de Cargos, Salários e Carreiras da empresa. Segundo ele, o processo de regularização do plano, aprovado em 2022, está sendo revisado em virtude de contestação de sua validade no Tribunal Regional do Trabalho (a ação encontra-se na

fase recursal). Ele explicou que a percepção do governo era distinta da dos sindicatos, sendo necessária uma negociação, e garantiu que a Secom está disponível para resolver a questão, que afeta 32 funcionários. Bernardo Santos acrescentou que a secretaria, com o intuito de evitar litígios futuros, prioriza a inclusão expressa dos cargos de nível médio nas regras de progressão funcional.

Posicionamento dos deputados

1) Execução das emendas resultantes da discussão participativa do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG

Os deputados indagaram a respeito das emendas resultantes do processo de discussão participativa do PPAG cujos recursos possuem previsão no orçamento mas sobre os quais não se tem informações sobre a execução.

O titular da Segov esclareceu que as emendas da Comissão de Participação Popular estão sendo analisadas do ponto de vista técnico e que a secretaria prioriza a execução das emendas individuais impositivas, que são constitucionais. Ele ainda informou que foi enviado ofício aos parlamentares solicitando as indicações dos responsáveis pelas emendas da comissão, em cumprimento à decisão proferida pelo STF no âmbito da ADPF nº 854.

2) Dívidas relativas a consórcios e convênios

Os parlamentares questionaram como o Estado efetivará o pagamento de dívidas relativas a consórcios e convênios firmados, a exemplo do Samu Macro Norte, que possui mais de R\$8 milhões a receber. Durante a reunião não foi registrado retorno pelo Poder Executivo quanto a esse tópico.

3) Cumprimento das vinculações orçamentárias com previsão em lei

Os deputados perguntaram como serão cumpridas as vinculações orçamentárias com previsão em leis aprovadas pela Assembleia, a exemplo do valor de R\$300 milhões a ser destinado para a assistência social, no Novo Fundo de Erradicação da Miséria, e de R\$50 milhões para o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste. Durante a reunião não foi registrado retorno pelo Poder Executivo quanto a esse tópico.

4) Lista de imóveis que constam no Projeto de Lei nº 3.733/2025

Os parlamentares questionaram como foi constituída a relação de imóveis apresentada no Projeto de Lei nº 3.733/2025, que autoriza o Poder Executivo a transferir para a União imóveis de propriedade do Estado, de suas autarquias e fundações públicas, com o fim de amortizar parte da dívida do Estado com a União, no âmbito do Propag. Discutiu-se que vários imóveis se encontram afetados à finalidade pública, o que tornaria inadmissíveis as alienações.

O secretário de Estado de Governo informou que nenhuma política pública ficará desassistida. Segundo ele, a lista de imóveis é preliminar, provisória e dinâmica e que foi enviado tudo o que poderia ser um ativo de interesse do governo federal. Ele assegurou que o governo decidirá em conjunto com a Assembleia os ativos que serão ofertados à União.

Por sua vez, o secretário de Estado de Casa Civil afirmou que a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – solicitou a cada secretaria que identificasse seus imóveis, com um recorte de valor, e então fez uma seleção e apresentou a lista.

5) Recomposição da perda inflacionária

Os deputados solicitaram esclarecimentos sobre as tratativas para recomposição da perda inflacionária dos servidores e a atuação da Mesa de Diálogo no tocante a essa temática.

O secretário de Estado de Governo informou que existe um compromisso do vice-governador de reservar uma margem de fluxo de caixa para valorização dos servidores se os vetos em análise no Congresso Nacional forem derrubados. Ele ainda informou que sugeriu ao presidente da ALMG a realização de uma reunião entre os deputados estaduais e federais para avaliar alternativas.

Sobre a Mesa de Diálogo, o titular da SCC esclareceu que ela nunca foi acionada em relação ao tema da recomposição da perda inflacionária.

6) Condições de adesão ao Propag

Os parlamentares questionaram acerca das condições oferecidas pelo Propag para amortização da dívida do Estado com a União. Retomou-se a fala do vice-governador quanto à possibilidade de o Estado não aderir ao programa caso não sejam atingidos os requisitos para obtenção da opção de redução de 20% da dívida apurada, considerada mais vantajosa. Argumentou-se, contudo, que as condições oferecidas pelo Propag, ainda que não seja adotada a opção dos 20%, seriam melhores do que as do Regime de Recuperação Fiscal.

Em resposta, o secretário de Estado de Governo informou que não é salutar aderir ao Propag em outra opção que não seja a redução de 20% da dívida. A adesão nas demais faixas, segundo ele, além de implicar um impacto adicional de cerca de 100 bilhões ao longo dos trinta anos de projeção de pagamento da dívida, resultaria em uma diferença negativa do fluxo de caixa do Estado, o que não resolveria o problema.

O secretário acrescentou que a principal questão é como conseguir os recursos para viabilizar a redução dos 20% da dívida e pediu apoio dos parlamentares no trabalho de valorização da Codemig, que ele considera um ponto central na discussão do Propag. Segundo ele, se o Estado conseguir uma declaração pública do BNDES ou do governo federal de que a União aceitará a Codemig por valor que viabilize a redução dos 20% da dívida, o governo do Estado se compromete a rever o pacote de projetos relativos ao programa enviados à ALMG. Ele dispôs que solicitou ao presidente Tadeu Leite que a Assembleia reivindique um assento na mesa de negociação com a Secretaria do Tesouro Nacional para participar das negociações sobre o valor dos ativos do Estado. O grande desafio do governo do Estado, afirmou ele, é atingir os R\$36 bilhões em ativos que possibilitem a redução de 20% da dívida apurada.

7) Solicitações parlamentares endereçadas à Segov

Os deputados pediram esclarecimentos sobre a ausência de retorno a ofícios de encaminhamento de solicitações ao governo.

O secretário Marcelo Aro expôs que tem buscado melhorar o fluxo de resposta por meio do sistema eletrônico. Frisou, no entanto, que responde prioritariamente aos requerimentos que lhe são direcionados e que, em casos urgentes, os deputados podem acioná-lo diretamente.

8) Acordo de Mariana

Objeto do “Tema em Foco” definido pela Comissão de Administração Pública, o Acordo de Mariana é essencial para que haja a devida reparação humanitária, social e ambiental das áreas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão. Nesse sentido, os parlamentares questionaram o que tem sido feito para o seu efetivo cumprimento. Também observaram que o acordo deveria ter incluído os municípios atingidos de maneira indireta.

O secretário de Estado de Casa Civil informou que o governo criou, na Seplag, uma superintendência central de reparação do Rio Doce, específica para acompanhar o acordo, e foi

instituído o comitê do Estado de Minas Gerais, com representantes do Poder Executivo, do Ministério Público do Estado, do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública de Minas Gerais, com reuniões semanais, para monitoramento das obrigações de fazer atribuídas às empresas. Além disso, o Estado criou uma fonte de recursos específica para o cumprimento do acordo (fonte 80).

O secretário de Estado de Governo acrescentou que têm sido realizadas reuniões trimestrais, sob a condução do TRF6, entre os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, as Defensorias Públicas e Ministérios Públicos dos dois estados e as empresas responsáveis. Informou ainda que foi contratada uma empresa de auditoria independente para fiscalizar o cumprimento do acordo. Por fim, disse que o governo do Estado, anualmente, presta contas sobre o acordo ao Tribunal de Contas do Estado – TCE.

9) Transparência às isenções fiscais

Os deputados ressaltaram a importância de se dar transparência às isenções fiscais concedidas no Estado de Minas Gerais, tal como já feito no âmbito federal. Solicitaram a divulgação da relação de empresas que se beneficiam com essas isenções para que haja a devida fiscalização e, eventualmente, possa haver a reconsideração daquelas que de fato são interessantes para o desenvolvimento do Estado, e questionaram quando será dada publicidade à lista dessas empresas.

O secretário de Estado de Governo dispôs que as isenções fiscais promoveram o aumento do investimento privado no Estado nos últimos anos, gerando 970 mil novos postos de trabalho. Por fim, informou que uma solução para aprimorar a transparência das concessões está em andamento.

10) Relações institucionais e articulação federativa no âmbito do Propag

Os parlamentares solicitaram esclarecimentos sobre os ataques do governador ao presidente da República nas redes sociais e sobre como ficariam, nesse cenário, as relações institucionais e a articulação federativa no âmbito do Propag.

O secretário da Casa Civil informou que o contato com o governo federal já está sendo realizado pelo governador, pelo vice-governador e, especialmente, pela Secretaria-Geral, que fica a cargo da coordenação técnica que perpassa diferentes áreas do governo. Acrescentou que a SCC está

acompanhando as discussões acerca do Propag, mas que, devido ao fato de elas estarem em etapa inicial, aguarda as primeiras negociações. Comprometeu-se a dialogar sobre o tema independentemente de ideologia partidária.

O secretário de Estado de Comunicação Social, por sua vez, defendeu que o governador tem liberdade para expressar em redes sociais suas opiniões a respeito dos acontecimentos políticos de âmbito nacional.

11) Implantação de subestações de energia pela Cemig

Os deputados perguntaram sobre o montante dos investimentos realizados pela Cemig para implantação de subestações de energia, a velocidade dessas implantações e as localidades que serão atendidas. Também solicitaram o compromisso do governo de informar, em até três dias úteis, os investimentos que serão feitos bem como em quais subestações eles serão aplicados.

O secretário de Estado de Comunicação Social informou que há um plano de investimento para a construção de 200 subestações, embora nem todas tenham sido concluídas. Segundo ele, aproximadamente 100 subestações já foram construídas.

12) Programa Universaliza

Os deputados questionaram sobre os investimentos realizados pelo Estado no Programa Universaliza, da Copasa.

O secretário de Estado de Comunicação Social afirmou que não acompanha esse programa, mas se comprometeu a apurar as regiões que estão sendo atendidas.

13) Comunicação por meio das redes sociais

Os deputados solicitaram informações sobre os gastos com redes sociais do governo e do governador, bem como sobre a participação da Secom na estratégia de comunicação do governador.

O secretário Bernardo Santos afirmou que não possui dados sobre as redes sociais do governador. Relativamente às redes do governo, ele informou que foram gastos R\$100.000,00.

14) Custos da pasta de Comunicação Social e gastos com publicidade

Os parlamentares questionaram sobre o quantitativo de servidores efetivos e comissionados da Secom, o custo mensal do conjunto de servidores da pasta e o custo anual da secretaria, além dos gastos do governo com publicidade no período de 2022 a 2025.

O secretário Bernardo Santos respondeu que a Secom não possui quadro próprio de servidores. Conta com 22 ocupantes de cargos efetivos emprestados de outros órgãos e aproximadamente 100 funcionários, entre estagiários e servidores de recrutamento amplo. Ele salientou que o custo mensal não é uniforme ao longo do ano, mas gira em torno de R\$12,5 milhões por mês e R\$151 milhões por ano. Em 2022, a secretaria não existia. Em 2023, o orçamento do órgão foi de R\$130 milhões; em 2024, de R\$147 milhões, e em 2025 o orçamento da pasta é de R\$159 milhões (com o contingenciamento de R\$151 milhões). Com relação ao valor gasto com publicidade, o secretário informou que, em 2022, foram gastos R\$41 milhões; em 2023, R\$122 milhões e, em 2024, R\$124 milhões. Para 2025, planeja-se o gasto de R\$128,8 milhões. Nos cinco primeiros meses do ano, a secretaria empenhou R\$46 milhões.

15) Investimento da Secretaria de Estado de Comunicação Social no Carnaval da Liberdade

Os deputados pediram informações sobre o valor investido pela Secom no Carnaval da Liberdade e sobre os critérios de seleção dos influenciadores digitais no âmbito da campanha.

Sobre o investimento no Carnaval, o secretário Bernardo Santos esclareceu que houve articulação com a Codemig, a Cemig e a Copasa, que participaram com aporte de recursos como patrocínio. O valor investido pela Secom é relativo à contratação de agências para atração de turismo. Foram realizados dois empenhos, nos valores de R\$470.302,64 e R\$1.500.000,00. A respeito dos influenciadores digitais, o secretário afirmou que terá que apurar, pois foram contratadas pessoas de fora de Minas Gerais, uma vez que a estratégia de comunicação foi atrair pessoas de outros estados.

16) Contratos de transmissão de televisão

Os parlamentares pediram esclarecimentos sobre os gastos do governo com contratos de comunicação com a Rede Record, uma vez que há membros do Executivo que compõem os quadros da emissora.

O secretário de Estado de Comunicação afirmou que não há uma regra para o valor das inserções, que seguem uma lógica de mercado, de acordo com a maior ou menor procura para anunciar em

cada veículo. Ele informou que, na média dos últimos anos, a Rede Globo detém 33% de participação na verba de publicidade, e a Record, 17%. Esclareceu que a participação é definida com base em uma decisão técnica das agências de comunicação contratadas, que realizam pesquisas de audiência. De qualquer forma, ele se comprometeu a apurar o valor especificamente destinado à Record.

17) Recursos humanos da pasta de Comunicação Social e a alienação da Empresa Mineira de Comunicação – EMC

Os deputados discutiram os desafios de se implantar uma comunicação pública com cargos em comissão (atualmente a Rede Minas e a Rádio Inconfidência possuem apenas 38,8% de servidores efetivos), a diferença entre comunicação pública e comunicação de governo e a interferência na pauta da TV Minas e da Rádio Inconfidência. Questionaram como a comunicação pública ficaria sem a Empresa Mineira de Comunicação, tendo em vista o Projeto de Lei nº 3.737/2025, que autoriza o Poder Executivo a transferir a participação societária da empresa.

O secretário Bernardo Santos respondeu que o projeto do governo é que a Empresa Mineira de Comunicação deixe de ser uma empresa que faz comunicação de governo e se transforme em uma empresa que faz comunicação pública. Afirmou que o governo vem atuando para modernizar a EMC, a Rede Minas e a Rádio Inconfidência, com o objetivo de aumentar a audiência, além de fornecer espaço para manifestação de opiniões diversas. Negou que haja enviesamento na pauta da comunicação e afirmou que houve aumento dos níveis de audiência, o que viabiliza a comunicação de temas de utilidade pública. Além disso, segundo ele, pela primeira vez, foram realizadas coberturas esportivas no interior do Estado.

Em relação aos servidores públicos, ele explicou que atualmente a EMC tem dificuldade de realizar determinados trabalhos, o que torna necessária a terceirização de alguns serviços. O governo afirmou a disposição em dialogar com os 32 servidores da empresa, que hoje vivenciam problemas com o Plano de Cargos e Salários.

O secretário ainda explicou que o Projeto de Lei nº 3.737/2025 coloca a EMC à disposição, no âmbito do Propag, mas não necessariamente propõe sua privatização. Segundo ele, essa discussão será feita pelo Legislativo mineiro. Além disso, o governo do Estado buscou disponibilizar o maior número de ativos possível ao governo federal para amortização da dívida.

Quanto a esse ponto, houve a tréplica parlamentar de que projeto permite a federalização ou a privatização da EMC, esta por meio da alienação da participação societária do Estado na empresa, e que, diferentemente do que foi dito pelo secretário, o governo federal não teria exigido oferta da EMC para amortizar a dívida estadual.

18) Percentual acumulado do índice de revisão geral anual – IPCA

Os parlamentares solicitaram a divulgação do percentual acumulado do índice de revisão geral anual – IPCA – aplicado aos servidores do Poder Executivo em 2022, 2023 e 2024, conforme determinado pela Lei nº 24.260, de 26/12/2022.

O Secretário de Estado de Governo se comprometeu a intermediar a demanda junto ao Secretário de Estado de Fazenda.

19) “Mapa de mídias” e a seleção de veículos de comunicação pública

Os deputados solicitaram o “mapa de mídias” utilizado pelo governo na comunicação pública, inclusive das mídias não digitais. Questionaram como são selecionadas as rádios, as emissoras de televisão e os jornais para a divulgação de informações e se essa comunicação é aberta a todos os veículos.

O secretário de Estado de Comunicação Social afirmou que as agências são contratadas para fazer uma avaliação técnica e propor à secretaria os veículos que o governo deve utilizar em determinada campanha para que se tenha maior alcance e impacto no público que se pretende atingir. Segundo ele, anteriormente alguns portais eram contratados por período e atingiam um público muito reduzido. Ele ainda afirmou que a secretaria tem utilizado todos os veículos cadastrados, visando a uma maior democratização na comunicação. Frisou, no entanto, que está recadastrando os portais para garantir preços mais compatíveis.

20) Cidades Inteligentes

Os parlamentares lembraram a aprovação na ALMG da Lei nº 24.839, de 2024, que institui a política estadual de apoio e incentivo às cidades inteligentes – Minas Inteligente, e ressaltaram a necessidade de interlocução do Estado com os municípios para que se efetivem as práticas de planejamento para a concretização das diretrizes de cidades inteligentes.

O secretário de Estado da Casa Civil afirmou que o foco do governo é perseguir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODSs.

21) Políticas de inclusão das pessoas com deficiência

Abordou-se a necessidade de reforçar ações de inclusão no Estado, especialmente no que diz respeito à oferta de terapias voltadas às pessoas com deficiência.

22) Publicidade acerca das discussões do Propag

Os deputados sugeriram que a Secretaria de Estado de Comunicação Social atue para conscientizar a população a respeito do Propag, informando o que ele significa, as alternativas que ele oferece, bem como as projeções e os impactos nas diversas políticas públicas das opções com e sem a adesão do Estado ao programa.

O secretário de Estado de Comunicação Social aceitou a sugestão. Esclareceu, contudo, que é difícil explicar para a população a realidade da dívida do Estado, que começou antes de 1998 e vem crescendo ao longo dos anos.

IV – Compromissos

Secretaria de Estado de Governo

Compromissos e posicionamentos do Executivo

- Decidir em conjunto com a ALMG os ativos que serão ofertados à União no âmbito do Propag.
- Intermediar, junto à Secretaria de Estado de Fazenda, a divulgação do percentual acumulado do índice de revisão geral anual – IPCA – aplicado aos servidores do Poder Executivo relativamente a 2022, 2023 e 2024, conforme determinado pela Lei nº 24.260, de 26/12/2022.
- Aprimorar a transparência das isenções fiscais concedidas no Estado, publicizando a relação das empresas beneficiárias.

Secretaria de Estado de Comunicação Social

Compromissos e posicionamentos do Executivo

- Apurar os investimentos feitos pelo Estado no Programa Universaliza, da Copasa, bem como as regiões atendidas.
- Averiguar o valor investido na contratação de influenciadores digitais para a divulgação do Carnaval no Estado em 2025.
- Apurar o valor da verba de publicidade destinada especificamente à Rede Record.

Belo Horizonte, 19 de agosto de 2025.

Deputado Adalclever Lopes

Presidente da Comissão de Administração Pública